

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1078 - 27/8/2018

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

PROSSEGUE A MOBILIZAÇÃO DOCENTE CONTRA O PONTO BIOMÉTRICO

Reunidos em assembleia, no dia 22/8, os professores da PUC-SP resolveram intensificar o seu movimento contra a adoção do controle de presença através do ponto biométrico. Os docentes deliberaram que a marcação da presença deve continuar a ser feita somente na entrada, mas os professores deverão também marcar o ponto ao iniciar qualquer atividade didático-pedagógica na universidade.

A assembleia teve início com o relato do presidente da APROPUC João Batista Teixeira, informando que a reunião com o secretário-executivo da Fundasp, Padre Rodolpho Perazzolo, foi adiada para esta semana, ainda sem data marcada. Foram comunicadas novas adesões à mobilização dos professores, como a do Departamento de Jornalismo que, por unanimidade, resolveu marcar a presença somente na entrada (veja íntegra na página 3).

CONTRATO DE TRABALHO

As manifestações enca-minharam-se fundamental-

mente para a constatação de que a adoção da atual sistemática de marcação de presença, antes de ser simplesmente a introdução de uma nova tecnologia de aferição, reflete um rompimento do contrato de trabalho docente da PUC-SP que, ao longo de décadas, foi tomado como referência por outras instituições de ensino. Nosso contrato de trabalho, chamado de contrato por tempo, incorpora o conjunto de atividades docentes, tais como preparação de aula, correção de trabalhos, orientações de mestrado e doutorado, bancas de TCC, reuniões de departamento, conselho de faculdades, comissões, pareceres, representação em órgãos colegiados entre outras. A atual sistemática rompe com essa lógica, interpretando a nossa atividade unicamente no sentido do tempo despendido em sala de aula, transformando-nos em horistas, como em tantas outras instituições de ensino mercantilistas.

Outra consequência da medida é o esvaziamento do departamento enquanto centro de discussões da vida

acadêmica do docente. Esse fato pode ser constatado de igual maneira quando nossos espaços de convivência, como as salas das faculdades, são esvaziadas, perdendo seu sentido de sociabilidade e contato com colegas de outros departamentos.

Todas essas avaliações conduziram para a constatação de que nossa autonomia universitária, mais do que

nunca, está em jogo. Por isso foi solicitada uma atitude mais participativa da reitora Maria Amalia Andery, pois estamos vivenciando hoje, fundamentalmente, uma intervenção em nossa vida acadêmica travestida de medida administrativa.

continua na próxima página



LULA LIVRE!

FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

continuação da capa

BIOMETRIA É SÓ O COMEÇO

Os professores também levantaram em suas intervenções o temor de que a adoção da biometria seja apenas uma de várias medidas repressivas que estão pela frente, como a instalação de catracas em todos os campi. Nesse sentido recomendou-se que os docentes discutam com seus alunos em sala de aula a extensão das medidas adotadas e que sejam tomadas decisões conjuntas com os estudantes para enfrentar o problema.

Outra recomendação da assembleia foi a adoção de listas de presença assinadas pelos estudantes em todas as aulas ministradas, como prova de que efetivamente o professor cumpriu com seu horário de aula.

Os docentes levantaram a possibilidade de enviar uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho e à Curadoria de Fundações expondo a atitude autoritária da Fundasp contra o conjunto da categoria.

DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES

Os docentes encaminharam para que as decisões da assembleia sejam transmitidas amplamente aos demais professores, através de mensagens pela internet e faixas pelos campi.

Os demais docentes foram convidados a escrever artigos ao PUCviva sobre o assunto e ainda gravarem rápidos depoimentos que serão transmitidos através da página da APROPUC no Facebook.

Nova assembleia foi marcada para 30/8, às 18hs, no Pátio da Cruz.

EDITORIAL

Biometria: Trava, Travo, Trave, Travesso e Travessão

Em momentos de crise, até como estratégia de autopreservação, setores da sociedade alimentam sentimentos conservadores e autoritários, como única forma de resolver seus problemas, com a justificativa de ser uma estratégia de sobrevivência pulsional. Entretanto, retrata somente uma argumentação aportada no darwinismo social, tratando-se de um ato de desespero, medo, tristeza, angústia e desesperança.

Quando fica latente que essa tipologia de problema não pode ser resolvida de forma individual, só lhe resta a solidariedade como alternativa plausível.

A truculência imposta pelo controle de aferição técnica do ponto biométrico faz parte do projeto de desmonte desta universidade, que podemos alinhar numa cronologia de sucessão de fatos: alteração do estatuto da universidade, imposição do CONSAD em detrimento do COSUN, maximização dos contratos de trabalhos da docência, demissão em massa, precarização dos salários, congelamento do plano de carreira, fim da carreira docente aos 75 anos e, agora o ponto biométrico (mudança contratual de jornada para horista). Enfim, são medidas tomadas para deslegitimar a autonomia docente e universitária.

A defesa de princípios democráticos, mediados por uma educação emancipadora, excelência acadêmica e pensamento crítico são legados históricos desta Universidade, que extrapolam seus muros, tornando-a ícone da sociedade brasileira em defesa das liberdades democráticas, conquistada pela corajosa posição política de se contrapor ao autoritarismo da ditadura militar, na história recente desse país.

Novamente o fascismo bate à porta, com apologia ao racismo, violência de gênero, precarização da contrarreforma trabalhista, judicialização dos movimentos sociais etc.

O discurso fascista se transmuta em diversas facetas. De forma direta, na apologia de defesa do retorno da ditadura militar, do uso da tortu-

ra como prática inquisitória, xenofobia, que perpassa pela mídia, numa trama com o judiciário e a violência organizada do aparato militar do Estado para impor consensos, que embrionariamente começa a brotar nos corredores desta universidade, maculando o imaginário simbólico e cultural de defesa de direitos humanos, autonomia docente e universitária. Por isso, não podemos consentir e nos submeter a essas medidas de força, disciplinar e de controle, sem resistir.

Biometria e Desmonte da carreira docente

O ato de aferição de presença biométrica expressa a lógica do interesse mercantil em depreciar parâmetros pedagógicos, pois essa obrigatoriedade de confirmar presença no ato de entrada e saída, regulando o controle do tempo da atividade docente, comprova a mudança do contrato de trabalho, de forma unilateral, impositiva, autoritária e assediante, substituindo a carreira docente, aqui implantada pioneiramente, pelo infame regime de mero horista.

A ruptura do contrato de trabalho de jornada para horista implica no desmonte do conjunto da carreira docente, pois a qualidade educacional depende de outros fatores, tais como: plano de carreira, estímulo à capacitação da pesquisa e extensão, liberdade de cátedra, autonomia docente, isonomia de direitos e pluralidade de valores.

Esse conjunto de coordenadas administrativo-pedagógicas são os propulsores de índices de qualidade desta universidade, que se encontram ameaçados pela mudança do contrato de trabalho docente.

Biometria e direitos humanos

A biometria é uma violação da liberdade de cátedra, que constitucionalmente consagra o Art. 206, determinando que o ensino tem por princípios a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, como também, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. A coer-

ção do ponto biométrico extrapola diretrizes pedagógicas, desmonta a autonomia das estruturas universitárias, desqualificando as instâncias democráticas, ao esvaziar as atribuições dos conselhos e departamentos desta universidade. Tudo isso, resulta em uma violação já antiga e continuada aos nossos contratos, quando ficamos por anos e décadas sem enquadramento na carreira demonstrando o desrespeito pela autonomia e isonomia do trabalho docente.

Esse desrespeito tem uma tradução histórica de compreensão sobre o mundo do trabalho, pois enquanto essa coerção reduz o professor à sua condição restrita de venda de força de trabalho, como tempo de trabalho vendido por hora/aula, ela a desumaniza, ao reduzir o trabalhador docente a mera peça na engrenagem produtiva.

Nosso horizonte parte de outro prisma, para não dizer de um verdadeiro caleidoscópio. Jamais reduziríamos a atividade docente a uma prática de mercado, não compreendemos o aluno como cliente, nem a educação como um balcão de negócios. O ponto biométrico tornou-se um objeto de tortura, ao praticar assédio e constrangimento, relembrando-nos da infame origem etimológica da palavra "trabalho": tripalium, instrumento de tortura para os escravos que não fossem suficientemente subservientes.

Nosso trabalho não é labor, tortura, pena, mas sim criação, atividade lúdica, potencializadora de valores éticos e transformadores.

O ato corajoso de negar o cumprimento estrito dessa desmedida nos conecta à tradição que vem de completar setenta e dois anos desta Instituição universitária, patrimônio cultural brasileiro, que é a PUC-SP. Não há o que lamentar e sim a comemorar, mesmo, defendendo este patrimônio que é nosso.

Professores, funcionários e alunos: NÓS SOMOS A UNIVERSIDADE!

Diretoria da APROPUC

Posição do Departamento de Jornalismo sobre o Controle de Presença

Nós, docentes do Departamento de Jornalismo, apoiamos a proposta do Conselho da Faculdade de Economia e Administração (FEA) de registrar a presença por biometria apenas na entrada da universidade.

Por isso, informamos que, a partir de amanhã, terça-feira, dia 21/8, iniciaremos um único registro físico de nossas atividades acadêmicas.

Nossa adesão considerou que a decisão de instalar o ponto biométrico e as normas que regem seu funciona-

mento na PUC-SP foram assumidas sem uma prévia consulta à comunidade acadêmica e que seus primeiros dias de funcionamento evidenciaram problemas de ordem prática e pedagógica.

Seguimos à disposição da universidade para juntos reforçarmos nossa intenção de criar um debate e colaborar com propostas viáveis para efetuar o registro de presença das atividades docentes na PUC-SP.

Docentes do Departamento de Jornalismo da PUC-SP

Nota sobre Controle Biométrico para Registrar Frequência Docente

Durante as férias de julho a Fundasp instalou o controle biométrico para registrar a presença dos professores em sala de aula.

A medida não foi precedida de consulta ou discussão com nenhuma das instâncias representativas dos docentes, contrariando o exercício do diálogo e das decisões tomadas em conjunto que sempre foram praticados na nossa universidade, contestando assim o princípio da autonomia universitária que historicamente tem regido o cotidiano dos

professores, alunos e funcionários da PUC-SP.

Os docentes da Faculdade de Ciências Sociais manifestam seu repúdio a esta medida que transforma a atividade docente em mera presença em sala de aula e que indica um projeto de universidade empresarial que contradiz a história da PUC-SP, cuja marca sempre foi a liberdade na produção de conhecimento e o debate democrático sobre todas as questões que afetam a sociedade.

Faculdade de Ciências Sociais

Assembleia de funcionários fala sobre quinquênios

Na tarde de quinta-feira, 23/08, no auditório 117-A, aconteceu a assembleia de funcionários tendo com pauta de discussão Informes, Convenção Coletiva/Acordo Interno de Trabalho 2018 e os quinquênios.

A assembleia contou com a presença de Dr. Gustavo Calil (SAAESP), Dr. Fernando Pires (SAAESP), Anselmo Antonio da Silva (SAAESP), Maria Helena Soares Borges e Nalcir Antonio (AFAPUC). O Dr. Fernando Pires (SAAESP) falou das dificuldades que o sindicato dos trabalhadores tem encontrado para negociar com o sindicato patronal das escolas do ensino superior. Lembrou a todos que a reforma trabalhista não foi feita para fazer os ajustes necessários na relação de trabalho entre o empregador e o trabalhador, mais sim, para privilegiar e favorecer o lado empresarial. O maior exemplo disto, foi a falta de debate com a sociedade, e a aprovação relâmpago no congresso sem a observação de quaisquer destaques ou emendas que pudessem ajustar situações de incoerências e injustiças aprovadas na nova CLT. Também relatou que o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAESP) so-

licitou reunião de negociação com o Sindicato patronal em dezembro de 2017, para que quando chegasse março de 2018 a convenção estivesse assinada. Entretanto o Sindicato patronal só veio a reunir-se em março de 2018 com a proposta de reajuste salarial "ZEROOO".

O que dificultou muito pois apesar dos índices de inflação apontarem para uma inflação anual baixa na casa um dígito, na prática os trabalhadores têm sentido no bolso o peso da inflação

O reajuste de 2,14% foi difícil de ser conquistado e como serão as próximas negociações? No caso aqui da PUC/FUNDASP, nós tivemos 1% de adiantamento em março, e o restante 1,14 mais as diferenças em julho. Não podemos esquecer das dificuldades que nos últimos anos a FUNDASP vem demonstrando nas negociações com AFAPUC/SAAESP, APROPUC/SINPRO. No caso dos funcionários, o patrão já tentou praticar no ano de 2017 o Acordo Interno de Trabalho individualizado, em 2018 fomentou a negociação com uma comissão que representasse funcionários e professores não reconhecendo naquele momento a AFA-

PUC e a APROPUC como legítimas representantes dos direitos e interesses dos trabalhadores. O processo do quinquênio é um exemplo do direito negado ao trabalhador pelo patrão. O quinquênio é o reajuste de 5% no salário do trabalhador que acontece a cada cinco anos de trabalho na FUNDASP/PUC. Quando a FUNDASP entrevistou na PUCSP em 2006, foi a primeira coisa que ela tentou tirar do ACORDO INTERNO DE TRABALHO. Se hoje a FUNDASP pratica esse "benefício" aos seus trabalhadores, é porque quando a AFAPUC/SAAESP fizeram a reclamação em juízo, a FUNDASP teve o seu pedido de não pagamento desse reajuste indeferido. Hoje o processo está caminhando para a conclusão, teve os cálculos dos quinquênios atrasados questionados em juízo pela FUNDASP, que oportunamente apresentou seus cálculos muito inferiores àqueles apresentados pelo SAAESP, que fez seus questionamentos, ocasionando a nomeação pelo juiz, do perito judicial para análise de ambos valores apresentados pelo trabalhador e pelo patrão. Provavelmente o processo deva se arrastar esse ano ainda.

É fato que nós trabalhadores temos nossas necessidades e preocupações individuais, e que cada vez mais somos empurrados para casuísmos que interpretam a reivindicação coletiva como individual, porém, não podemos nos esquecer de que temos conquistas individuais como temos conquistas coletivas.

A quem interessa a desmobilização do trabalhador?

Certamente não é ao trabalhador!

O trabalhador tem que parar de fazer o discurso do PATRÃO, e procurar fortalecer suas entidades SINDICAIS, fortalecer suas ASSOCIAÇÕES. Enquanto continuarmos abraçando o discurso de não contribuímos financeiramente com nossos órgãos representativos, cada vez mais vamos perdendo a força de atuação na defesa dos interesses do direito do trabalhador.

Lembre-se: RENEGAR A SUA REPRESENTAÇÃO SINDICAL, É FORTALECER A REPRESENTAÇÃO SINDICAL PATRONAL!

Os funcionários que tenham quinquênios para verificar devem procurar a Dr. Beatriz no sindicato para analisar o seu caso.

GAUCHE NA VIDA

À Esquerda, à esquerda, à esquerda!

Antonio Carlos Mazzeo

Horror ocorrido em Pacaraima. Xenofobia e violência. Mestiços de índios atacado mestiços de índios. Pobres atacando pobres, explorados divididos fazendo o jogo da burguesia

Ódio resultante dos "bombardeios" de propagandas cotidianas de uma mídia irresponsável, que para atacar o governo venezuelano, culpabiliza e relaciona mecanicamente a volta das doenças como sarampo, tuberculose, etc, ao governo da Venezuela.

Essa mesma mídia criminosa omite, propositalmente, a ausência do Estado, a retirada de verbas e o

desmonte da saúde, por parte do governo, assim como a ausência de informações às famílias para a necessidade de vacinar as crianças e a população.

Esse é o país de ódio e de intolerância que a direita deseja construir. Essa é a barbárie que devemos combater, a partir da edificação de uma ação civilizatória, recuperando direitos e implementando políticas públicas direcionadas ao combate à miséria e a ignorância. Para tanto, é fundamental organizar os trabalhadores para a luta.

Construir um Campo Político Socialista nos permitirá encurtar os espaços dos monopólios, dos bancos e da Autocracia burguesa na vida das pessoas que

vivem de seu trabalho. Democratizar os meios de comunicações e pô-los à serviço dos trabalhadores.

De modo que a tarefa das esquerdas é ampliar e fortalecer as ações comunitárias e cooperativas, robustecer o sindicalismo classista, alargar produção destinada ao mercado interno. Desenvolver a agricultura familiar, implementar a reforma agrária. Lutar para reestatizar o que foi privatizado e revogar a reforma trabalhista, o que significa aprofundar o Poder Popular.

Inscreve-se no âmbito da luta de classes o desafio da construção de um Bloco Socialista forte, com apoio das massas trabalhadoras e populares, como a

única alternativa para isolar a ofensiva liberal, que visa desmontar o país e entregá-lo de vez às potências imperialistas.

Não podemos mais vacilar, conciliar ou querer reviver conciliações de classe que nos levaram ao caos que estamos vivendo.

Reforçar, construir e ampliar o Campo Político Socialista, Derrotar a direita e seu projeto liberal.

Como dizia o poeta Maiakovsky, "À esquerda, à esquerda à esquerda [...]. só a rota dos traidores é que conduz à direita. À esquerda, à esquerda, à esquerda". Construir o Poder Popular!

Antonio Carlos Mazzeo é professor do Pós em Serviço Social

Aposentadoria aos 75 anos deve entrar na pauta do Consun de agosto

O Consun do próximo dia 29/8 deve ter em sua pauta a aprovação do encerramento da carreira docente. A reitora apresentou no Consun de 28/3 - um projeto para a chamada aposentadoria compulsória dos professores aos 75 anos de idade. Pelo texto, o professor que atingisse tal idade encerraria sua carreira, podendo ainda permanecer por mais cinco anos lecionando, com o contrato reduzido, caso o seu departamento concordasse.

A proposta incluía o recebimento vitalício de uma quantia igual ao valor médio do plano de Saúde intermediário da Sul

América, mas somente para o professor, excluindo-se os dependentes. A proposta não definia como seriam recebidas as chamadas verbas rescisórias, nem como seria paga a multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Vários conselheiros questionaram a proposta, inclusive porque ela contraria a legislação vigente que não prevê demissão compulsória no setor privado. Dessa maneira ficou decidido um adiamento até agosto, quando o tema deveria voltar ao Consun para aprovação final.

A APROPUC sempre lutou, ao longo do período

atravessado por várias reitorias, por uma aposentadoria digna aos docentes e em várias reitorias propôs a discussão de uma proposta que pudesse dar ao professor a possibilidade de um fim de carreira sem dificuldades financeiras, uma vez que o benefício do INSS fica muito aquém do que um professor recebe na ativa. Para isso, há algumas décadas, a associação dos professores vem propondo a formação de uma previdência onde tanto a mantenedora como o docente pudessem construir um fundo para sua aposentadoria.

Mas até agora nenhuma administração se propôs a

pensar com mais profundidade no caso. A avaliação da APROPUC, e dos professores de uma maneira geral, é a de que é inaceitável que se retire direitos conquistados pelo docente ao longo da carreira. Além da perda significativa que representaria um desligamento após a redução de carga horária, a incerteza quanto ao recebimento da multa sobre o saldo do FGTS constitui uma séria razão para que a proposta não seja aprovada da maneira como está formulada. A APROPUC sempre lutou e continuará lutando por um final de carreira digno para todos os professores da PUC-SP, sem perda de direitos adquiridos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Expulsão de venezuelanos do Brasil é mais um ato da barbárie capitalista

A recente onda de xenofobia que terminou com a expulsão por parte de moradores de Roraima de imigrantes venezuelanos, deve ser entendida não só como um episódio localizado de defesa do patrimônio privado, mas como mais um episódio que tem por pano de fundo os ataques do imperialismo norte-americano a países do continente.

A Venezuela possui a maior reserva de petróleo da América Latina e sempre foi objeto de cobiça dos vários governos norte-americanos que exploraram até não mais poder os recursos naturais do país.

Os governos populistas

iniciados com a vitória de Hugo Chávez tentaram reverter a situação. Chávez estatizou as petrolíferas e começou a investir em programas sociais. Mas a Venezuela tem uma economia pouco diversificada e depende de outros países. Os EUA iniciaram então uma retaliação contra o país, agravada ainda mais com a subida de Trump ao poder, o que jogou a Venezuela em uma de suas piores crises com uma hiperinflação e desemprego crescente. Os venezuelanos, pauperizados, são empurrados para outros países latino-americanos, onde nem sempre encontram guarida digna e muitas vezes propiciam o início de conflitos

como o que sucedeu no início do mês.

Essa situação não é única, a Europa vive conflitos semelhantes provocados pelos imigrantes de diversos países que tentam buscar refúgio em nações que supostamente têm níveis de vida mais elevados. A xenofobia, alimentada pela mídia e muitas vezes pela direita racista tende a aproximar-nos cada vez mais dos cenários descritos pelos teóricos da esquerda quando enfatizavam que se uma solução socialista não fosse encontrada nas próximas décadas rapidamente estaríamos nos aproximando da barbárie.

Evento manifesta apoio aos 23 condenados no Rio de Janeiro

Nesta terça-feira, 28/8, a Casa do Povo realiza o evento/protesto em apoio aos 23 condenados por participarem das manifestações no Rio de Janeiro em 2013 e 2014. O evento se inicia às 17h, com a exibição do documentário Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de Julia Murat, seguido de debate com Miguel Ramos co-diretor do filme. Na sequência acontece o debate com Edson Passetti, Peter Pal Pelbart, Igor Mendes, Joana D'Arc Ferraz e Vladimir Safatle. A Casa do Povo fica na Rua Três Rios 262, no bairro do Bom Retiro.

Alunos do Pós em Educação mobilizam-se contra cortes de bolsa

Os alunos do Programa de Pós em Educação: Política, História e Sociedade estão se mobilizando para discutir o corte de bolsas Capes/CNPq previsto para 2018. As reuniões acontecem todas as primeiras terças-feiras do mês. Os contatos podem ser feitos através do e-mail rd.ehps@gmail.com.

MEC cria novos cursos de Ead para favorecer mercado

O Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de novos cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, entre outros, utilizando-se do Ensino à Distância via internet. O MEC já aprovou cursos na área de saúde que hoje contam com

aproximadamente 700 mil alunos. A Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relação de Trabalho (CI-RHRT), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), já se manifestou contra a criação de cursos à distância na área de saúde uma vez que o entendimento da Comissão e de mais outras 57 associações e

entidades profissionais da área de saúde é que para cuidar da saúde e da vida de pessoas, é necessário contato presencial na formação. Para as entidades uma graduação em saúde requer o contato direto entre professores, alunos e pacientes ao longo de todo o programa.

Instituto promove exposição sobre o AI-5

O Instituto Tomie Otake está preparando para setembro uma exposição sobre o Ato-Institucional nº 5. Para isto o Instituto está fazendo uma campanha de doações que possibilitem a sua realização que deverá alcan-

çar o valor de R\$ 200 mil.

A edição do AI-5 completará, no dia 13/12, 50 anos, constituindo-se num dos mais truculentos atos perpetrados pela ditadura militar de 1964. O Ato determinou a suspensão das garantias indi-

viduais, perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e, também, na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que

eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

Colaborações para a exposição podem ser enviadas para: Banco do Brasil, Ag. 7042-4, C/C 34.793-0.

ROLA NA RAMPA

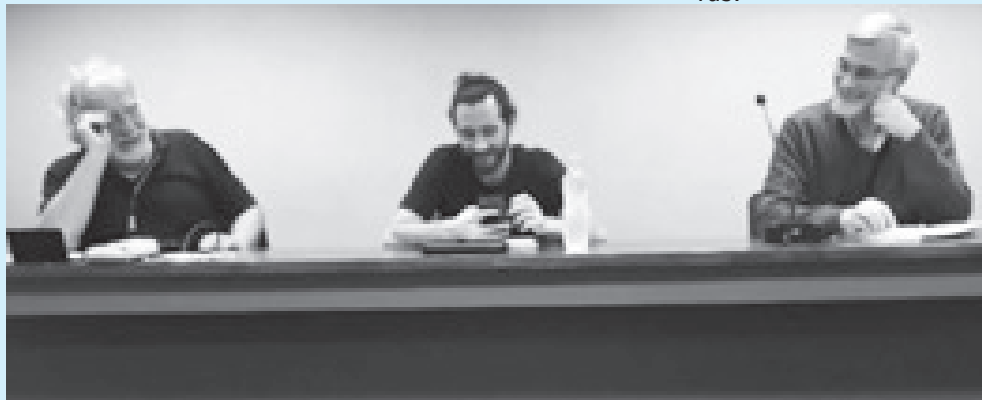
No aniversário de 78 anos da morte de Trotski, seminário fala sobre o seu legado

Na terça-feira, 21/08, aconteceu a última mesa do seminário Trotski. Com o tema "O legado de Trotski e a tradição trotskista" a mesa se compôs com Osvaldo Coggiola, Pedro Gava e João Machado. O Seminário aconteceu há exatos 78 anos (21 de agosto de 1940) do assassinato de Leon Trotski, por um agente stalinista, na Cidade do México.

O evento foi uma homenagem para o chefe do exército vermelho.

O seu legado e os desafios que ele enfrentou foram debatidos na noite, também foram ressaltados grandes momentos da história, da conjuntura mundial, enfrentados por Trotski. Foi ressaltado o legado Trotskista após sua morte. "Após a segunda guerra mundial abre-se um período muito desafiador para a perspectiva de

Trotski, em particular para as questões ligadas à quarta internacional. A situação pós guerra demonstrou algumas diferenças referentes à visão que era partilhada antes pelos militantes que fundaram a quarta internacional e pelo próprio Trotski." Disse o professor João. Também foram debatidos os partidos revolucionários, nova fase do capitalismo pós guerra e forças produtivas.



Na mesa do debate, da esquerda para a direita Osvaldo Coggiola, Pedro Gava e João Machado

Processo judicial revela filiação de Anna Cintra ao PSDB

O processo por danos morais movido pelo ex-aluno Cauê Seignemartin Ameni, que colocou a ex-reitora, Anna Cintra, e o ex-chefe de gabinete, Lafayette Pozzoli, no banco dos réus está chegando ao fim. Na quinta-feira, 22/8, ocorreu a última audiência. Tudo começou quando o aluno foi denunciado pela reitoria da PUC-SP para a Secretaria de Segurança Pública, enquanto tentava amenizar os ânimos da comunidade durante as eleições de 2014 e ainda teve seu nome exposto no e-mail institucional da universidade. Ameni denunciava a ex-rei-

tora por forjar provas contra ele e mais dois estudantes ao anexar fotos de outras pessoas em outras datas na "denúncia" encaminhada à 23ª DP, em Perdizes. Dias antes, o aluno havia denunciado à PROCRC atos de violência de estudantes de extrema-direita contra alunos apoiadores de Dilma Rousseff nas dependências do campus, mas foi ignorado. O inquérito policial que investigava Cauê foi arquivado por total inconsistência de provas. Ano passado o ex-aluno abriu o processo contra Anna Cintra e Lafayette. No decorrer da disputa ju-

dicial, uma revelação bombástica veio à tona: Anna Cintra e Lafayette foram filiados ao PSDB. A ex-reitora foi filiada ao partido desde 1989 e só se desfilhou 23 anos depois, alguns meses antes de ser nomeada reitora num processo golpista - ela prometera, na frente de toda comunidade puquiana, que não aceitaria o cargo caso não fosse a primeira colocada, uma tradição histórica da PUC-SP respeitada desde 1977. Já Lafayette se desfilhou do PSDB assim que Franco Montoro faleceu e hoje integra o partido de Roberto Jefferson, o PTB.

Evento revisita o legado de 1968

O Nu-Sol promoverá, na segunda-feira, 27/8, o debate "1968: o que mudou". O evento acontece a partir das 19h30, na sala 117-A, e traz como debatedores Nilo Batista (USP), Vera Magaluti (UER) e Acácio Augusto (Unifesp/Nu-Sol).

Simpósio discute religiosidade e mídias sociais

O Pós em Ciências da Religião realizará entre os dias 19 a 21/9 o VI Simpósio Luso-Brasileiro de Filosofia da Religião e Ciência da Religião. O tema do encontro será as experiências religiosas e as mídias sociais no contexto da sociedade da pós-verdade. As inscrições já estão abertas e serão feitas pelo site do evento. Comunicadores deverão enviar os seus resumos, preferencialmente, no ato da inscrição, até o dia 25/8. Mais informações no link para inscrições do evento: <http://www.pucsp.br/vi-simposio-luso-brasileiro-de-filosofia-da-religiao-e-ciencia-da-religiao>.

II Festival de Cultura agita campus Monte Alegre

Entre os dias 27 e 30/8 acontece no campus Monte Alegre o II Festival da Cultura. Promovido pela Pro-Reitoria de Relações Comunitárias o evento terá como tema Transgressão e Criação.